

C A R T I L H A

CAMINHOS

Mapeamento das Comunidades Negras e
Quilombolas do Cariri Cearense



Cáritas Diocesana do Crato
Grupo de Valorização Negra do Cariri - Grunec

F E V E R E I R O 2 0 1 1

Elaboração:

Adriano Almeida Sousa
Alex Josberto Andrade Sampaio
Anderson Camargo Rodrigues Brito
Antonio Igor Dantas Cardoso
Diego Cezar dos Santos
Francisco Roserlândio de Sousa, Pe.
Gesilam Gomes de Lima
Hilda Maria Daniel da Silva
João Ulisses Filho (João do Crato)
Manoel Leandro do Nascimento
Ridalvo Felix de Araújo
Sherly Gabriela da Silva
Valeria Gercina das Neves carvalho
Veronica Neuma das Neves Carvalho
Vicente de Paulo Silva Souza (Paulo Fuísca)

Projeto Gráfico e adaptação de texto

Madson Vagner

Revisão

Socorro Cavalachy

Fotografia

Auriclenes Paes, Rodrigo Siqueira e João do Crato

Parceiros

ACB, CEREST, CMDMC, FETRAECE, PROCAMPO-URCA, RECID, RESAB, SESC Crato, Bonequeiras do Pé de Manga, Projeto Verde Vida e GEA;

Secretarias de Ação Social dos Municípios de Jati, Missão Velha e Salitre;

Secretarias de Cultura dos Municípios de Assaré, Crato, Jati e Salitre;

Prefeitura Municipal de Jati;

Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Araripe, Assare, Aurora, Brejo Santo, Campos Sales, Crato, Jardim, Jati, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Porteiras, Potengi, Salitre e Varzea Alegre.

Abreviaturas

ACB – Associação Cristã de Base
CEREST – Centro de Referencia em Saúde do Trabalhador
CMDMC – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense
FETRAECE – Federação dos Agricultores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará
ICMBIO – Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
P1 MC – Programa Um Milhão de Cisternas
PROCAMPO – Licenciatura Plena em Educação para o Campo
RECID – Rede de Educação Cidadã
RESAB – rede de Educação do Semiárido Brasileiro
SESC CRATO – Serviço Social do Comercio – Unidade Crato
URCA – Universidade Regional do Cariri
GEA - Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária



AGRADECIMENTOS

Pela estimada colaboração,

aos Professores

João Luís do Nascimento Mota,

Ronald Albuquerque,

Jackson Antero,

Joselina Silva,

Henrique Cunha Junior,

Alex Ratts,

Jurema Werneck;

ao Padre Vileci Basílio Vidal;

ao Artista e Educador Popular João do Crato;

as quilombolas Laura Ferreira da Silva,

Benedita Rosa da Costa

e Esmeraldina Leite Coelho.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
IDENTIDADE	7
ACESSO DA TERRA	9
CULTURA	12
EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA	14
MULHER	16
JUVENTUDE	18
RELIGIOSIDADE	19
PERSPECTIVAS	20
MAPA	22
QUADRO COORDENADAS	24



INTRODUÇÃO

No Ceará existem negros? Se esta já é uma pergunta recorrente quando nos referimos à questão negra no estado, o que dizer do Cariri? *“Claro que não existem!”* É o discurso dominante. No entanto o projeto de mapeamento das comunidades negras do Cariri revelou justamente o contrário: *SIM, nós temos negros no Cariri... e muitos!* E que esta população mesmo com as limitações impostas pela opressão do racismo “de pelica” inerente à sociedade brasileira, não sucumbiram seus anseios de liberdade e dignidade plena. A meta é vencer o atual cativo das desigualdades.

O presente projeto é fruto da articulação entre Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC e Cáritas Diocesana do Crato, com apoio da MISEREOR, aliado aos mais diversos parceiros, com o propósito de identificar as comunidades rurais negras ou quilombolas do Cariri Cearense, documentar suas histórias e contribuir na organização comunitária, retirando o manto de invisibilidade, que recobre a existência desta população, mantido pela desinformação e pelo preconceito de setores da sociedade cearense. No estudo, fica claro que são muitos os fatores limitantes que tornam a sobrevivência no ambiente dessas comunidades um cruel desafio a ser vencido.

Ao longo do texto o leitor, vai se deparar com dois termos básicos: 1 - Comunidades Rurais Negras, onde se deve entender como agrupamentos, localizados na zona rural, identificados pelos demais membros da sociedade local como uma comunidade formada essencialmente por pessoas de cor negra; 2 - Quilombolas, onde se entende aquelas comunidades que se auto-identificam* como tais, reconhecendo seu diferencial étnico/racial, ou seja, que se considera quilombola.

É oportuno lembrar que a experiência quilombola está presente em todas as regiões do Brasil e em outros países da América, onde o regime escravista se estruturou. No Brasil, vale ressaltar, que as discussões, em torno dessas comunidades, tomam forma entre as décadas de 1980 e 1990. Neste período surgiram pesquisas acadêmicas sobre comunidades rurais que tinham como destaque o fato de serem negras, aspecto que recebeu diferentes formas de abordagem.

O Estado do Ceará, marcado pela falsa ideia de que não havia negros em sua formação, assistiu no final da década 70 a “descoberta” da comunidade negra rural de Conceição dos Caetanos, no município de Tururu. Com a exposição dos Caetanos outras comunidades foram sendo estudadas por pesquisadores e, sobretudo, por militantes do movimento negro cearense, com destaque para o Grupo de União e Consciência Negra que percorreu diversas comunidades no interior cearense e contribuiu



solidamente para o processo de organização e mobilização dessas comunidades.

No Cariri identificou-se 3 comunidades Quilombolas (Serra dos Chagas em Salitre, Arrudas em Araripe e Souza em Porteiras) certificadas pela Fundação Palmares e outras 3 (Lagoa dos Crioulos em Salitre, Caracará e Catolé em Potengi) em avançado processo de organização. O projeto localizou uma série de comunidades cujas populações começam a se identificar como negras. Por outro lado entrou em contato com comunidades onde apenas 1 ou 2 famílias se reconhecem negras como o caso de Tipi em Aurora e 1 Comunidade negra familiar no Alto dos Madalenas em Jati. Na cidade de Crato, uma situação diferenciada: O mapeamento encontrou nas comunidades de Serrinha, Luanda, Catingueira, Angico, Currais e Chico Gomes inúmeros vestígios étnicos nos topônimos, depoimentos, lendas, histórias, construções, manifestações culturais e religiosas. Entretanto as comunidades não se auto-atribuem como negras. Outro detalhe é a grande presença destas comunidades na área do topo da Chapada do Araripe e nas serras de difícil acesso.

No Município de Assaré, a Casa Grande do Infincado, segundo professores e historiadores locais e o Pe. Vileci Basilio Vidal é o símbolo vivo da presença negra na região do Cariri Cearense. Nesta Casa morou o Barão de Aquiraz. Anualmente as comunidades vizinhas se reúnem em frente à Casa Grande para uma celebração, como forma de preservar na lembrança de todos que naquele grande terreiro muitos negros e negras contribuíram para a história e o desenvolvimento local; que muitas crianças, jovens e mulheres não puderam brincar, estudar, enfim viver com liberdade.

O presente Mapeamento das Comunidades Rurais Negras e/ou Quilombolas do Cariri Cearense, é resultado de 2 anos de atividades que envolveu capacitação da equipe de trabalho de 80 horas-aula, mobilização dos parceiros, 40 visitas em 25 comunidades de 15 municípios, 25 oficinas comunitárias, entrevistas com os moradores, observações de campo, 2 encontros com mulheres negras, 2 encontros com lideranças das comunidades negras, sistematização e socialização dos resultados. Os resultados serão apresentados nesta publicação por temáticas.

**O critério de auto-identificação para definir-se Quilombola, não é arbitrário, mas determinado em diversas normas legais tais como o Art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, arts. 215 e 216 da Constituição Federal, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, no Decreto nº 4.887/2003, etc., as quais, surgem como fruto de intensas discussões internacionais.*



IDENTIDADE

O modo como um grupo se vê, e deseja ser visto pelos outros.

“Aqui todo mundo é negro.”

(Sr.^a Maria Soledade, comunidade de Tipi, Aurora).

Antes das visitas de campo em busca de informações sobre a presença de comunidades negras rurais do Cariri, a própria equipe optou por considerar a identidade das comunidades como agrupamentos rurais com algo que as colocasse em uma condição diferenciada das demais; buscava comunidades com uma identidade negra e/ou quilombola.

Na maioria das cidades, de imediato, as pessoas indicavam os locais habitados por população negra. Na maior parte das comunidades encontradas, as pessoas se assumiam como negras. Entretanto, em muitas delas a auto-identificação estava ligado somente à cor da pele, o que não constitui uma identidade de forma plena da etnia.

Pelo que foi percebido, mesmo naqueles agrupamentos em que existem fortes manifestações associadas à cultura afro-brasileira, os seus moradores não conseguem encará-las como uma herança africana no Brasil.

Por trás dessa dificuldade em assumir plenamente essa identidade, foi identificada a forte presença do racismo da atual sociedade. Em todos esses lugares são comuns os relatos de preconceito e discriminação sofridos pelos seus moradores.

No que se refere à identidade quilombola a questão torna-se mais complexa. Das 25 comunidades visitadas, apenas 06 se auto-reconheceram como remanescentes quilombolas. Sendo que as comunidades de Serra dos Chagas, Arruda e Sousa, nos municípios de



Salitre, Araripe e Porteiras, respectivamente, já receberam o certificado como sendo Remanescente de Quilombos, expedidos pela Fundação Cultural Palmares. As comunidades de Lagoa dos Crioulos, Caracará e Catolé já solicitaram o reconhecimento junto à mesma Fundação Palmares.

Nas demais comunidades, essa é uma questão que precisa ser mais discutida. Nelas o termo quilombola ainda é associado estritamente a ideia de escravidão e sofrimento. Sobre esse comportamento cabe uma indagação: com que propósito esconder esse passado, se não, como ensinamento dos mais velhos para proteger a comunidade? As possíveis respostas para essa questão requer um estudo mais profundo e detalhado junto a cada um desses grupos. O que pressupõe uma aproximação e convivência maior com eles.

A única certeza é que o aspecto educacional tem contribuído para essa situação, já que, as escolas frequentadas pelas crianças das comunidades, quando elas têm acesso, não dispõem de uma prática pedagógica voltada para a valorização da diversidade nem, tampouco, oferecem o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

Para fazer um contraponto a esse quadro, a equipe responsável pelo mapeamento realizou várias intervenções no sentido de instigar uma reflexão sobre a identidade negra e quilombola e, sobretudo, a respeito da importância dessas comunidades se organizarem politicamente em torno da efetivação de seus direitos. Tais intervenções geraram em alguns grupos iniciativas de articulação na busca de solucionar seus problemas.



ACESSO À TERRA

A Questão Agrária e suas implicações para o povo negro.

As raízes da Questão Agrária Brasileira remontam ao período colonial, quando se criou as condições para expansão territorial e consolidação de um projeto capitalista para o país. Ao se debater a Afrodecência aliada à questão agrária no Brasil é necessário se considerar dois fatores fundamentais: a maneira como os negros se tornaram uma matriz de formação da sociedade e o tratamento dado pelos colonizadores a apropriação das terras desse novo mundo.

A inserção do povo negro na formação da sociedade brasileira não se deu de maneira amistosa, visto que os negros eram trazidos ao Brasil na condição de escravos. Nesse processo foram negados sua identidade, sua cultura, seus deuses e seus costumes, sendo imposto um modo de vida católico e de tradição européia.

Essa conjuntura, muito influenciada pela legislação agrária que, desde o ano de 1.850, limitou a posse de terra mediante compra, fato que torna inviável a reprodução camponesa das populações negras e indígenas. Assim, essas populações têm que se submeter as relações sociais de produção que subjagam a renda da terra e o trabalho ao modo capitalista.

O Estado do Ceará, mesmo sem inserção inicialmente na monocultura, não deve ser excluído dessa conjuntura. Suas bases políticas e econômicas de formação estavam aliadas ao discurso nacional de interesses hegemônicos. Exemplo disso foi o discurso de que no Ceará não tinha negros, o que se contradiz ao fato desse mesmo Estado afirmar ter sido pioneiro na abolição da escravidão, sendo denominada terra da luz. O título procurava fortalecer o imaginário do não preconceito racial e intolerância religiosa.

Durante o trabalho de mapeamento a equipe pode observar que os maiores índices de violências e pobreza acontecem em populações negras e pobres, sendo as comunidades rurais negras do Cariri cearense, exemplo disso por não terem, principalmente, acesso a direitos básicos como energia elétrica e assistência à saúde.

A relação da comunidade rural negra/quilombola com seu território é um dado de suma importância para sua própria

“A gente quando fala diz: Mãe Dioca (mandioca). Ela é a mãe de todos nós. Aguenta tudo; a estiagem e os períodos de chuva”.

Dona Zefa, comunidade de Serra dos Chagas, município de Salitre, sobre a importância da mandioca para a comunidade.

existência e a sua relação de cooperação interna. De fato, verificam-se nas mais diversas comunidades visitadas pelo projeto de mapeamento uma relação de profunda integração do homem e seu entorno, pois ali encontram sua comida, seus remédios, seus locais de devoção.

Uma peculiaridade da ocupação nas comunidades visitadas, refere-se ao fato de que a maioria absoluta dos grupos (Jamacaru, Pau D'arco, Mulatos, Vassourinha, Arrudas, Cachoeirinha, Lagoa dos Crioulos, Facões, Quincas, Serra dos Chagas, Serra dos Nogueiras, Arapuça, Cacetes, Baixio dos Mocós, Lagoa dos Paulinos, Serrinha, Catolé e Caracará), ocupam terras no topo da Chapada do Araripe.

A Chapada do Araripe é um extenso planalto com 160 km de comprimento em seu eixo principal (leste-oeste) e cerca de 50 km de largura na direção norte-sul, variando sua altitude entre 700 e 950 metros. Está situado entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí; e tem um extenso reservatório de água. As espécies de vegetação são abundantes nas proximidades da Chapada e as regiões ao seu redor, considerado semi-árido, estão abaixo dos 400 metros de altitude, apresentando vegetação típica da caatinga. Englobando todo o seu topo, tem-se APA-Araripe, unidade de Conservação Ambiental da União, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, instituída no ano de 1997.

O fato da ocupação ter acontecido nessa área, sinaliza uma motivação decorrente das relações sociais, muitas vezes conflituosas e estabelecidas com os grupos vizinhos, principalmente, dos grandes proprietários. É comum o relato nas comunidades que indicam os antepassados sendo trabalhadores rurais nas terras férteis dos proprietários do “pé da serra” (sopé da chapada). Quando, em algum momento, estabeleceu-se conflito entre o patrão e empregados, houve a motivação para a ocupação das terras de “cima da serra”, estas de valor econômico irrisório, decorrente de sua baixa produtividade, principalmente, dado a escassez de água e utilização de técnicas agrícolas rústicas. Desse fato, resulta os índices de vulnerabilidade acima da média.



“Lembro muito do meu pai. Ele trabalhava como escravo num engenho, somente por um pote d’água e outro de melaço preto. Era um homem trabalhador e forte. Nois era muito pobre, ficava esperando quando meu pai chegava, sua calça pesava uns duzentos quilos de grude e remendos. Nois Morava numa casa de palha de catolé; de noite esperava a hora da onça (fome) azunhar a porta.” Dona Nita, comunidade de Mulatos, município de Jardim.

Segundo dados da 1ª Chamada Nutricional Quilombola, as comunidades quilombolas apresentam o dobro de desnutrição, considerando como parâmetros as demais comunidades rurais, apresentando índices alarmantes de mortes precoces.

Sem alternativas, muito dos trabalhadores daquelas comunidades se submetem aos regimes de “meia” e “renda”, nas terras alheias, recebendo baixíssima remuneração em condições degradantes de trabalho, ou ainda, os homens imigram sazonalmente para outras regiões do país em busca de ocupação, deixando suas comunidades aos cuidados das mulheres. Forte exemplo é a comunidade de Extrema, município de Mauriti.

Em suma, verifica-se que as comunidades rurais negras/quilombolas visitadas, ocupam terras com baixa produtividade, com títulos de propriedade, muitas vezes precários, e limitadíssimos mecanismos de acesso à água potável. Elas, em sua maioria, dependem de carros-pipas. Esse quadro sinaliza, tanto um passado, quanto um presente, conflituoso, em que as estruturas sociais vigentes os empurrou para tais territórios e ali os mantém, bem como torna o futuro difícil diante das poucas condições de sobrevivência.

O principal órgão público responsável para tratar da questão fundiária junto as comunidades rurais negras/quilombolas, é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sua falta de estrutura, principalmente de pessoal, ocasiona uma morosidade no processamento dos pedidos de regularização fundiária das comunidades já certificadas pela Fundação Cultural Palmares (Arrudas, em Araripe; Serra do Navio, em Salitre; e Souza/Vassourinhas, em Porteiras), o que ocasiona a intensificação de conflitos fundiários entre as comunidades e os circundantes.

Verifica-se que é possível a atuação dos órgãos agrários do Estado e dos municípios, nas melhorias das condições de vida das populações rurais negras, não sendo isto só encargo da União. É urgente o estabelecimento de articulação entre estes órgãos para melhor encaminhamento das demandas das comunidades rurais negras/quilombolas.

O art.68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Tal conceito é explicitado pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, o qual afirma em seu artigo 2º: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”



Além da beleza natural, o Cariri destaca-se também pela sua riqueza cultural, que atribui a cada cidade da região uma característica específica, seja através da religiosidade, do artesanato, da dança do coco, dos reisados, das bandas cabaçais (...) No entanto, as manifestações culturais visíveis hoje em nossas cidades são heranças dos índios que habitavam essas terras antes da chegada dos primeiros colonizadores, que juntamente com o povo negro, vão dar origem à sociedade da qual fazemos parte atualmente. (SOUZA, 2008)¹

CULTURA

As expressões culturais acima referidas, de certo, se constituem tradicionalmente como ponto de unidade entre os descendentes daqueles que contribuíram para a formação identitária dos habitantes do Vale do Cariri. Privados do acesso à terra, à água, à moradia e à livre expressão dos seus arquétipos sociais e culturais que material e simbolicamente denotam a ascensão à cidadania, esses povos antigos, recolheram-se no topo da Chapada do Araripe, nas serras que circundam a região e nos arredores dos conjuntos urbanos caririenses.

Durante o trabalho de mapeamento, percebeu-se que os membros das comunidades contatadas são procedentes, em sua maioria, dos indígenas que aqui habitavam; dos agregados negros e mestiços das fazendas; dos foragidos das secas e daqueles que encontraram acolhimento e proteção sob as vistas do Padre Cícero. Essa população, historicamente marcada pela exploração do trabalho e exclusão social, conseguiu se organizar e definir um modo próprio de produzir e reproduzir seu espaço, através das suas manifestações culturais.

Apesar da negação oficial quanto à inserção do negro na formação da identidade do cearense e, sobretudo, do caririense, foi





percebido de forma clara, nas visitas às comunidades, que essa gente ainda conduz o legado deixado por seus ancestrais. Isso leva a equipe a crer que diante das condições de exploração e perseguição é possível que essa etnia tenha procurado ocultar e/ou negar sua origem e o fundamento de suas práticas e manifestações culturais como forma de defesa. Talvez, por isso, esse legado sociocultural não apresente conexão direta, consciente, com a identidade original afro-descendente, mesmo nessas comunidades de população predominantemente negra.

Mesmo com essa negação inconsciente, o que se constata nas ações cotidianas desses grupos é a manutenção de uma tradição que, mesmo sem intenção, conduz elementos que caracterizam a negritude dessas comunidades. Esses elementos se expressam, principalmente, pela culinária, artesanato, tratamento das doenças do corpo e da alma (rezas, remédios naturais, cultos de umbanda e festejos dos santos protetores) e manutenção da memória (histórias, lendas, crendices, superstições, celebrações religiosas, músicas, danças e folguedos).

Desta forma, ao cultuarem seus santos no terreiro ou na igreja, tocarem seus tambores, benzerem seu povo, dançarem seus cocos, maracatus, maneiros-paus, reisados, bandas cabaçais; ou ainda, comerem e beberem, esses negros repassam para seus descendentes uma herança que perdura desde a formação dessas comunidades rurais negras. E, ao lado dos indígenas, brancos e mestiços dão alma, corpo, cor e jeito a esse caldeirão cultural que é o Cariri cearense.



¹SOUZA, Otilia Aparecida. O que somos hoje. In: Álbum Cultura e Identidade, (Selo UNICEF 2008). Secretaria da Cultura, Esporte e Juventude do Crato, 2008.

“As diferenças não podem justificar as desigualdades.”

(Ednalva Conceição - Rede de Educação do Semi-Árido brasileiro - RESAB)

A africanidade vem influenciando a construção da realidade brasileira desde a diáspora em que os irmãos e irmãs africanas foram submetidos. Porém, as culturas africanas e afro-brasileiras têm sido vítimas da ignorância, preconceito e folclorização.

No contexto educacional, a lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que alterou a Lei nº. 9.394/1996 – LDB que determina a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas em todo o currículo da Educação Básica.

Nas comunidades visitadas pelo projeto de mapeamento das comunidades negras do Cariri cearense, mesmo com a citada legislação, percebe-se a ausência da escola neste debate. Quando muito, atua de forma fragmentada, reforçando erros históricos e contribuindo para a persistência do preconceito e a exclusão social impostas por gerações a estas comunidades.

O trabalho de mapeamento pretendeu lançar um olhar crítico-reflexivo animando o processo de inclusão social destas comunidades, despertando o espírito de solidariedade, o desejo de afirmação e determinação de seus membros em reivindicar seus legítimos direitos de cidadãos brasileiros, como destaca Frei Betto (2010): “Só um olhar crítico abre-nos o horizonte da cidadania e da democracia real. Caso contrário, corremos o risco de ver cada vez mais caras e menos corações, acreditar que a predominância da estética dispensa a ética e crer que os sonhos são apenas casulos que não geram borboletas da utopia.”

Algumas experiências localizadas de atuação nestas comunidades a exemplo do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), que traz forte relação com educação e saúde, precisam ainda alcançar maior abrangência com caráter de políticas públicas.

Nos últimos anos o investimento em educação ainda não superou 5% do PIB, quando a Constituição brasileira exige ao menos 8%. Embora o acesso ao ensino fundamental tenha se universalizado, o Brasil se compara, no IDH da ONU, ao Zimbábue em matéria de qualidade na educação. Nossos professores são mal remunerados, a evasão escolar é acentuada e o índice de analfabetismo é alarmante.

Em todas as comunidades percorridas é clara a falta de uma educação na qual a comunidade se reconheça; uma educação contextualizada à realidade vivida pelas comunidades. É legítima, pois a luta por essa educação que se aproxime da realidade, história e tradições dos negros e contribua para erradicação do analfabetismo de jovens e adultos, tão presentes nas comunidades visitadas. Essa educação não pode ter o foco somente no transporte escolar, mas nos aspectos culturais, saberes e sabores, integrada à saúde, no bem estar coletivo, na saúde ambiental, na equidade de gênero, raça, etnia e geração com foco no



espírito de solidariedade, na ética e na cooperação.

Faz-se urgente uma educação que valorize as histórias de vida, considerando Zumbi, Conselheiro, Beato José Lourenço, Severino, a resistência do Caldeirão, de Palmares, Canudos e do Pau de Colher.

A proposta da educação contextualizada, portanto, não é de passividade, apenas reproduzindo modelos, mas de integração e mudança a fim de que a comunidade se reconheça. É uma reação à educação do colonizador. A educação contextualizada visa (re)construir a educação pública considerando as subjetividades e apontando para uma nova racionalidade.

A educação à luz de Paulo Freire considera a realidade existencial o singular, o local, sem perder o plural e o global. É a Pedagogia da vida, em que as pessoas participam ativamente do processo educativo, como propõe a Rede de Educação Cidadã (RECID), e se reconhecem como sujeitos de direitos, dignidades e possibilidades.

Assim é preciso pautar a Educação contextualizada com os gestores municipais e

as coordenadorias regionais de educação. As decisões políticas é que podem saudar as dívidas sociais. Este vem sendo o trabalho da RESAB com um núcleo estruturado no Cariri cearense desde 2010.

Os livros didáticos, adotados para as escolas da região estão desconectados da realidade local. As editoras publicam aberrações, reforçando ainda mais preconceitos, como mostrar a presença negra partindo apenas pelo foco da escravidão. Como diz o educador popular João do Crato, da RECID, *“contextualizar o livro didático à realidade regional do educando é de fundamental importância para uma melhor aprendizagem.”*

Outro ponto chave é o fechamento das escolas rurais nas comunidades negras do cariri, sob o prisma da nucleação (processo de fechamento de escolas para o fortalecimento de outras). Os gestores, no entanto, preferem arriscar a vida dos alunos no transporte escolar, a que manter e qualificar a escola rural.

A educação contextualizada não é um método isolado, mas uma práxis (ação refletida que se estrutura a partir de eixos como: natureza, trabalho, conhecimento e história da humanidade) e segue princípios como a defesa incondicional da escola pública, gratuita e de qualidade; integridade dos direitos; gestão democrática; equidade; Interdisciplinaridade; formação contextualizada e integral; sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural.

A discussão da educação contextualizada deve compor as políticas de educação dos municípios. Então podemos acreditar que é possível pensar uma educação que considere as nossas especificidades e potencialidades melhorando, não só a qualidade da educação, mas sim a vida de crianças, jovens e adultos, ainda excluídos de direitos básicos.

RESAB – articulação formada pela sociedade civil, universidades e poderes públicos, com a finalidade de pautar a educação contextualizada como princípio das políticas educacionais no semi-árido.

RECID (segue os princípios da Educação Popular Freireana) – Articula diversos atores sociais, entidades e movimentos populares que assumem solidariamente a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira e, principalmente, de grupos vulneráveis econômica e socialmente (indígenas, negros, jovens, LGBT, mulheres), promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um projeto popular, democrático e soberano de Nação.



MULHER



Cores, saberes e sonho da mulher negra do semi-árido caririense.

A força da terra forja e define a sua identidade: agricultoras, negras, mulheres quilombolas, que dia após dia, no labor da roça, na determinação de viver se formam enquanto coletivo. Com o Mapeamento das Comunidades Negras e/ou Quilombolas constatou-se as dificuldades de cada povo visitado, os múltiplos e variados desafios que enfrentam pela sobrevivência e a maneira peculiar como tentam superá-los. Força que emana das suas raízes ancestrais que, na maioria das vezes, sequer é compreendida ou relacionada com a sua cultura de povo negro, vindo de outras terras para trabalhar e

construir o Brasil.

A mulher, a mãe, a irmã como base da família, da comunidade, é visualizada nesse trabalho a partir das rezadeiras, parteiras, lavadeiras e cozinheiras que buscam alento em suas crenças, nos conhecimentos repassados de geração para geração e na energia da natureza. Nos conhecimentos ancestrais superam a desapropriação de seus direitos a exemplo do acesso a saúde enquanto política pública. Com isso se fortalecem fazendo o que sabem e aprenderam ao longo da vida.

Durante a execução do projeto percebeu-se que as mulheres utilizam-se dos espaços conquistados nos sindicatos, associações e também como trabalhadoras das escolas, como agentes comunitárias de saúde, educadores sociais, para reivindicar a saúde e outras políticas. Elas acabam acumulando uma jornada tripla que envolve a gestão



“A nossa medicina aqui é pé de pau. Tem casca pra tudo que é doença. Burrinha leiteira (janaguba) pra infecção, maracujá do mato para cansaço. Fazemos lambedô e garrafada pra tudo... já curei muita gente com essas mezinhas, meu neto que o diga.”

Maria Anita dos Santos (Dona Nita), agricultora, negra, da comunidade Mulatos, Jardim.



da casa, cuidados com a família, o trabalho e a luta da comunidade.

A presença feminina negra se destaca ainda na manutenção da cultura, refletida nas danças do coco e maracatu, além de ensinar aos mais novos as tradições e raízes do seu povo.

O projeto de mapeamento possibilitou a realização de Encontros de Mulheres, oficinas de gênero, políticas públicas, religiosidade. Nestes espaços as falas das mulheres evidenciaram o protagonismo feminino na dinâmica comunitária e uma boa relação entre homens e mulheres na maioria das comunidades negras. Foi possível verificar o respeito e o reconhecimento da luta dessas mulheres, o que tem influenciado na quase ausência de violências domésticas.

Por fim, a experiência vivida com o Mapeamento das Comunidades Negras e

Quilombolas, mostra o lugar e o espaço que a mulher negra ocupa e aponta os caminhos a serem percorridos, é claro, regados pela força, beleza, magia e afetividade que caracterizam as tradições da população negra, com vistas a conquista de sua identidade coletiva e de novos espaços de redimensionamento da sociedade como um todo.

*“Aqui cada panela procura seu texto,
cada qual procure seu par, todo
mundo aqui é negro.”*

Maria Francineide Rodrigues de Souza (Xoxa), da comunidade de Tipi Aurora-CE.

JUVENTUDE

Sonhos, voz e vez.

O mapeamento das comunidades rurais negras evidencia-se num contexto social marcado, historicamente, pela exclusão social, discriminação, desigualdade e vulnerabilidade. As principais dificuldades enfrentadas pela juventude negra estão relacionadas à terra, água, educação e saúde. Verifica-se a descontextualização das políticas públicas.

No tocante às manifestações culturais e religiosas, embora estas estejam ligadas a uma ancestralidade comum de matriz africana, em muitos casos, os jovens encaram apenas como uma opção de lazer na comunidade e não como afirmação de identidade e do senso de pertencimento.

Percebe-se uma educação e saúde descontextualizadas das práticas e vivências por eles empreendidas no cotidiano. Desta ausência histórica das políticas públicas voltadas para as necessidades específicas dessa população, resulta o alto índice de gravidez na adolescência, alcoolismo, evasão escolar e êxodo rural. Este último, responsável pela migração sazonal dos Jovens para as regiões Centro Oeste e Sudeste do país. Eles buscam “oportunidades” de trabalhos que assegurem uma “vida melhor” para si e suas famílias.

A relação da juventude com a terra, o respeito aos mais velhos e a decepção da imigração são os responsáveis pelo retorno para sua “terra de umbigo”. Os que voltam trazem em suas bagagens novos olhares e com o acesso aos projetos de mobilização social e convivência com o semi-árido, implantados nas comunidades, vêm novas perspectivas. Esses jovens que arduamente resistem, permanecem e agora juntos imbuídos de um sentimento de esperança, enxergam o belo da sua comunidade, buscando resgatar os valores que ajudarão na construção da sua Identidade Negra.

Fica como indicativo, desse mapeamento, que é através da cultura e educação, grandes ferramentas de inclusão, que iremos reconduzir a Juventude a sua Terra e sua verdadeira Identidade.



“Nóis quer alguém que ensine essas minina a não fazê famia tão cedo.”

Antonia Caetano de Souza -
Comunidade de Arruda.

RELIGIOSIDADE

A forma de resistência dos povos negros à escravidão, mais presente no imaginário coletivo da sociedade brasileira, é a organização quilombola. Contudo, outras formas de organização, revelam uma saída encontrada pelo povo negro na busca pela permanência de suas tradições e culturas, como por exemplo, as comunidades negras rurais.

O mapeamento mostrou que a região do Cariri cearense não é diferente. Aqui se encontra, além das comunidades quilombolas, as comunidades negras rurais e os terreiros de religiões de matrizes africanas. As relações dessas pessoas com o espaço em que moram, revelam na terra, nas árvores e nos seus próprios corpos, as marcas da identidade coletiva desses grupos.

A maneira como se organizam e constroem os valores, normas e condutas da vida em grupo, respeitando o conhecimento repassado pelos mais velhos, dá harmonia e união para as lutas do dia a dia. Assim, essas comunidades, símbolos da resistência afro-brasileira em nossa região, conservam no interior de seus grupos uma filosofia religiosa de matriz africana, adaptada às suas terras e presente no conhecimento e respeito aos antepassados divinizados.

É nessa relação com a terra-mãe que surge um sentido de pertencimento e enraizamento da identidade grupal e familiar, em que o patrimônio coletivo e o respeito e vivência com a natureza é de fundamental importância para existência dessas pessoas.

Na veneração em torno da imagem e conduta dos ancestrais, encontra-se a raiz da religiosidade nas comunidades negras, quilombolas e terreiros de matriz africana do Cariri. A relação exercida na devoção aos Orixás é mais uma forma de resistência à dominação simbólica e, também, elemento que une as forças que orientam a vivência coletiva e reconstituição da riqueza ancestral do povo negro.

As expressões cotidianas de relacionamento com o outro e com a terra, refletem nos povos das comunidades quilombolas e negras rurais, um sentimento de pertencimento ao lugar, o que confirmam identidades e culturas únicas nesses povos caririenses.

A maneira de conduzir a família, de respeito aos saberes e experiências dos mais velhos, de apropriação dos elementos da natureza para benefício alimentar, expressões das tradições e saberes populares dos grupos, integram a riqueza e formas de vivência passadas de geração em geração.

Essas formas organizadas e funções apreendidas demonstram como as identidades são constituídas, pois o saber fazer coletivo concentra nos sujeitos o sentimento de protagonistas da história e cultura das sociedades negras e quilombolas.





PERSPECTIVAS

Visão de Futuro

Contatos *in loco* possibilitam a confirmação ou negação de hipóteses e teses de estudantes e *brasilianistas* em territórios exóticos. Nas décadas de '80 e '90 do século passado jornalistas e pesquisadores, por exemplo, fizeram de Conceição dos Caetanos em Uruburetama, um tipo de “quilombo-modelo” para a mídia utilizar em suas reportagens como agrupamento de descendentes de (ex-) escravos. Algum tempo depois, somente com a convivência se pôde constatar que Quilombo sim, fruto da escravidão, não! Uma comunidade familiar que se constituiu a partir de uma iniciativa de liberdade construída com a posse coletiva da terra e da água, vivência comunitária da fé que permitiu a elaboração de uma identidade própria. Impossível, desnecessária e violenta a atitude de alguns em sugerir o uso de correntes para os fotografar como se fossem ex-escravos.

A Cáritas Diocesana de Crato e o GRUNEC, com o apoio financeiro da Miseror, e a participação de outras entidades da sociedade civil fizeram o que há algum tempo poderia ser considerado um fato notável: visitar 15 municípios e manter um contato próximo com 25 comunidades negras/quilombolas.

Por que “fato notável”? A **ideologia da invisibilidade**, distinta da ideologia do embranquecimento tão conhecida no Brasil, tem suas características marcantes na realidade cearense e se traduz de forma singular no interior do estado. Negros e Índios cearenses durante muito tempo não existiram no censo, tornaram-se, quando muito, personagens da história passada, figuras sem nome, Restou aos mais velhos a responsabilidade da guarda da memória! Restou à juventude a sede pela identidade, desde que essa não se contrapusesse aos artifícios da denominada pós-modernidade. Aos que ocuparam as terras altas da Chapada ou os recantos mais difíceis dos meandros de nossa região, ficou o desafio de manter suas características culturais sob as mais diversas facetas: religiosas, artísticas, de saberes e sabores, festivas e de construções.

Uma análise preliminar põe em xeque a ação das Igrejas, dos governos, da sociedade civil e das instituições de ensino. Impossível não pensar as comunidades quilombolas sem sua experiência de fé que se encarna nas imagens de gesso, madeira, barro ou outro material, nas louvações das bandas de pífanos e nos fogos de artifícios, no *toré* e nas danças; é a fé cristã que se expressa; é a fé nas tradições afro que se resgata e se expande.

Os governos em suas diversas esferas de poder e os seus detentores não podem se utilizar dos mapeamentos dos quilombos em função de um pretenso serviço à coletividade quando se sabe que muitos pretendem simplesmente usufruírem o que puderem. Espera-se que Sociedade civil e instituições de ensino superem a perspectiva de certo “patrimonialismo” aristocrático, isto é considerar as comunidades negras/quilombolas como dependentes de assistencialismo. O que se lhes propõe é acompanhar-lhes a autonomia e a possibilidade da apreensão de elementos que



garanta a realização de sua identidade enquanto membros individuais e coletividade composta de pessoas com histórias únicas e irrepetíveis. Assim, deve-se dar-lhes as condições necessárias para o crescimento individual e coletivo: acesso à educação formal e informal, saúde familiar e pública, organização política que lhes ajude a reconhecer suas potencialidades e forças para superação das fraquezas que o isolamento histórico condicionou. O registro da memória oral se faz necessário, pois muitos jovens deixaram suas comunidades de origem e há um risco iminente de perda do referencial identitário. As instituições de ensino fundamental, médio ou superior – cada um com seus métodos e dinâmicas específicos – podem ser parceiros ou obstáculos para aquilo que se costuma denominar “educação contextualizada” que valoriza o educando como sujeito (como diria Paulo Freire) em sua realidade específica, e, nesse caso, auxilia as pessoas (crianças, jovens, homens e mulheres) a entenderem, compreenderem o significado do processo de valorização étnica. Há uma história a ser repensada, construída e re-escrita: em todas as fontes documentais foram remexidas, revistas e revisitadas. Registros sacramentais, notícias-crime e processos de inventariação podem produzir muito mais do que até o momento já veio a lume na produção historiográfica. Obviamente, o resultado desse labor deve retornar para as comunidades negras/quilombolas e não se tornar apenas condicionantes para a habilitação acadêmica de uns poucos.

Por fim, o horizonte de um projeto que a Cáritas assumiu como desafio supõe continuidade. Não é possível lançar uma rede se não houver confiança de que os pescadores dispostos a puxá-la e colocá-la no barco e arrastá-la à praia. Sementes de esperança são lançadas com a disposição de que alguém virá para colher os frutos. Mas, é bom lembrar-se que um projeto de tal monta se mostra como ousado num país e numa região que, respondendo aos apelos da Missão Continental se faz Caridade! Os critérios das prioridades somos nós que descobrimos com a sensibilidade de cristãos que nos fazemos homens e mulheres, discípulos e discípulas, missionários e missionárias.

Em outra linguagem: os malungos enfrentam os agruras da viagem. No passado, não muito longínquo do século passado, descobrimos que os mocambos constituíam os grandes quilombos. Hoje, os quilombos e as comunidades negras existem porque muitos foram além de suas casas: se fizeram famílias, acolheram outros, compartilharam história e vidas. Os quilombos são: agrupamentos familiares, agrupamentos sociais, agrupamentos de vida!





Mapa





Mapa





MUNICÍPIO COMUNIDADE	COORDENADAS	POPULAÇÃO N° DE FAMÍLIAS	OUTRAS INFORMAÇÕES
AURORA Tipi	S 6° 56' 34,32' O 38° 57' 31,95'	70	A primeira família, originária da Paraíba, chegou em 10/03/1908. Vem da agricultura familiar, cultura de sequeiro e dos programas sociais, como: Bolsa Família e aposentadoria a base da economia local. Comunidade católica, citam algumas manifestações culturais como: dança do coco, forró, festa dos caretas, renovações como maior patrimônio cultural.
CRATO Catingueira Angicos Chico Gomes Currais Luanda Serrinha	NT NT S 07° 16'70 W 39° 24'49 S 07°16'42 W 39° 24'01 NT NT	250	O mapeamento encontrou nas comunidades de Serrinha, Luanda, Catingueira, Angico, Currais e Chico Gomes inúmeros vestígios étnicos nos topônimos, depoimentos, lendas, histórias, construções, manifestações culturais e religiosas. Entretanto as comunidades não se auto-atribuem como negras. Outro detalhe é a grande presença destas comunidades na área do topo da Chapada do Araripe e nas serras de difícil acesso.
MISSÃO VELHA Jamacaru (Gameleira dos Machados e São João) Pau D'arco	S 7° 24'24,46" O 39° 06'02,62"	150	Comunidade tem na agricultura a base da sua economia, especialmente na cultura de sequeiro com feijão e mandioca. Organizam-se na Associação de Moradores, tem como patrimônio cultural as casas de farinha, rezadeiras, parteiras e outras manifestações culturais como dança do côco, reisados, renovações dos santos.
JARDIM Mulatos (Serra Boca da Mata)	S 07º 32'50 W 39º 14'27	56	A comunidade se destaca pela religiosidade católica, festas do padroeiro, renovações e a famosa queima das flores; Ressalta-se que diferentemente das outras comunidades visitadas, os agricultores são proprietários das terras, as casas são de alvenaria, cobertas de telha; a comunidade não tem saneamento básico, as residências em sua maioria tem banheiro e fossa; o lixo ainda é jogado em terreno baldio ou queimado; A grande luta comunitária é pelo acesso a água para consumo humano e produtivo.
JATI Alto dos Madalenas	S 7° 40'52,69 O 39°00' 12,82	06	A comunidade do Alto das Madalenas, é ocupada por famílias que se afirmam negras há cerca de 100 anos. Seis famílias vivem de maneira precária em casas paupérrimas, de taipas, sem água, esgoto, fossa, banheiro e o lixo ainda é jogado a céu aberto. Não tem terra e sobrevivem com o recursos dos programas sociais e da produção de artefatos de barro. Toda a população adulta é analfabeta. A luta é pelo acesso e a terra, água e políticas públicas, saúde, educação trabalho, moradia, dentre outras.





MUNICÍPIO COMUNIDADE	COORDENADAS	POPULAÇÃO N° DE FAMÍLIAS	OUTRAS INFORMAÇÕES
PORTEIRAS Souza Vassourinha(*)	S 07º 29.259 W 39º 9.421' NT	75	Comunidade certificada pela Fundação Palmares como Quilombola. Patrimônio Cultural diverso, com manifestações como banda cabaçal, dança do côco, maneiro-pau, toré dentre outras. A população se diz católica, embora pratique a umbanda. Afirmam-se Xangozeiros. Vem da agricultura a base da economia acrescida dos programas sociais do Governo Federal.
MAURITI Vila das Ritas Extrema	NT S 7°23' 41,27" O 38° 45' 04,73"	76	A população feminina jovem, assim como a juventude usualmente migra para os centros urbanos em busca de trabalhos domésticos e/ou sanzonal (corte de cana, colheita de tomate etc). Muitas delas não voltam para a comunidade, perdendo os vínculos familiares e culturais. Toda a comunidade assume sua identidade negra, embora não associem aos fatos históricos, assim como o jeito de ser e viver de cada um.
MILAGRES Valdivino	s: 07' 13,046 w: 38' 56,572	54	A comunidade destaca-se pela religiosidade católica, festas do padroeiro, renovações e a famosa queima das flores. Ressalta-se que diferentemente das outras comunidades visitadas, os agricultores são proprietários das terras, as casas são de alvenaria, cobertas de telha; a comunidade não tem saneamento básico, as residências em sua maioria tem banheiro e fossa. O lixo ainda é jogado em terreno baldio ou queimado. A grande luta comunitária é pelo acesso a água para consumo humano e produtivo. A comunidade é eminentemente rural, a economia local gira em torno dos produtos da agricultura familiar acrescida pelos programas sociais do Governo Federal.
ARARIPE Arruda(*) Cachoeirinha	S: 07' 11,764 W 40' 15,895 NT	45	Todas as famílias tem casa própria; nenhuma possui o título de propriedade da terra e plantam em terras alheias. Água é uma dificuldade nas duas comunidades beneficiadas com cisterna de placas do programa P1MC. A economia gira em torno dos programas sociais e dos produtos oriundo da cultura de sequeiro. Não há saneamento básico assim como destinação adequada para o lixo. Os jovens abandonam a escola cedo e saem da comunidade. A pessoa mais idosa de Arrudas chama-se Antonio João do Nascimento, 90 anos.
VARZEA ALEGRE Panelas	S: 06' 49,692 W: 39' 207,30	57	Comunidade rural, sobrevivência vem da agricultura de sequeiro e dos programas sociais. A bandeira de luta é pela terra, saúde e educação. Patrimônio cultural: rezadeira.





MUNICÍPIO COMUNIDADE	COORDENADAS	POPULAÇÃO Nº DE FAMÍLIAS	OUTRAS INFORMAÇÕES
POTENGI Catolé Caracará (**)	S 07º 06.748" H 040º 08.262" S: 07' 01"52 W: 40' 07"13	97	Todas as famílias se auto-reconhecem quilombolas, inclusive já deram entrada no processo junto a Fundação Palmares e INCRA. Comunidades que tiram da terra o seu sustento sem, no entanto, ter sua propriedade. As casas são de alvenaria, embora com algumas casas de taipas, com energia e água; não tem saneamento, fossa e banheiro. O lixo é jogado a céu aberto ou queimado. Patrimônio Cultural: festas do toré, pifeiros, renovações, capoeira, reisados e caretas. A Economia local gira em torno da agricultura familiar. A renda é oriunda da produção de mandioca, milho, feijão, pecuária e a exploração da caça e da coleta de mel. Os programas sociais complementa a renda familiar.
ASSARÉ Infincado (Casa do Barão de Aquiraz)	S 0381495 W 9233708 Altitude 414m	Não Identificado	Casa Grande do Infincado, segundo professores e historiadores locais e o Pe. Vileci Basílio Vida, é o símbolo vivo da presença negra na região do Cariri Cearense. Nesta Casa morou o Barão de Aquiraz. Anualmente as comunidades vizinhas se reúnem em frente a Casa Grande para uma celebração, como forma de preservar na lembrança de todos que naquele grande terreiros muitos negros e negras contribuíram para a história e o desenvolvimento local; que muitas crianças, jovens e mulheres não puderam brincar, estudar, enfim viver com liberdade.
SALITRE Serra dos Chagas Arapuca Cacetes Quincas Lagoa dos Crioulos Serra dos Nogueiras Baixio dos Mocós Facões Lagoa dos Paulinos Serrinha	S 07º 16'42,9" H 040º 21' 54,1" S 07º13'23,0" H 040º21'28.6" S 07º14'52.4" W 040º22'48.5" S 07º14'56.4" W 040º 22' 25.3" S 07º 14' 55.3" W 040º 23' 00.9" S: 07' 21"961 W: 40' 18"607 S: 07' 21"975 W: 40' 18"636 NT NT NT	350	As comunidades rurais se auto reconhecem como negra . Sobrevivem da agricultura familiar, tendo sua renda acrescida dos programas sociais do Governo Federal. Algumas pessoas, especialmente as mulheres têm contrato de trabalho com Prefeitura Municipal. Ainda lutam pela terra e acesso água. Existe uma demanda grande para banheiros. Quanto a saúde muitas famílias queixam-se de doenças como: hipertensão, diabetes, verminoses, dentre outras. O alcoolismo é bastante acentuado, inclusive entre as mulheres. O lixo é jogado a céu aberto e muitas vezes queimado. Não tem fossa e tampouco saneamento básico. Somente na comunidade de Lagoa dos Crioulos existe escola e creche. A cultura é muito forte neste município. A presença da rezadeira e da parteira é muito requisitada por todas. É muito comum grupos culturais como:Reisado, danças do coco e maracatu.
BREJO SANTO	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
CAMPOS SALES	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado



EXPEDIENTE

CÁRITAS DIOCESANA DE CRATO

Endereço: Rua Teófilo Siqueira, 631 – Centro

CEP: 63.100-010 – Crato – Ceará- Brasil

Telefone: (88) 3521-8046

E-mail: caritasdecrato@yahoo.com.br

DIRETORIA

Diretor Presidente: Dom Fernando Panico

Diretor Vice-presidente: Antonio Gelmar Victor Beserra

Diretor Tesoureiro: Padre Antonio José Clementino

Diretora vice-tesoureira: Maria Vanda de Oliveira Silva

Diretor Secretário: Padre Vileci Basílio Vidal

Diretora Vice-secretária: Inez Barbosa de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal Efetivo: José Márcílio dos Anjos Feitosa

Conselho Fiscal Efetivo: Maria Lizeuda Ferreira

Conselho Fiscal Efetivo: Frei Raimundo Barbosa Filho

Conselho Fiscal Efetivo: Padre Joaquim Ivo dos Santos

Conselho Fiscal Suplente: Padre Edmilson Neves Ferreira

EQUIPE EXECUTIVA

Antonio Alves dos Santos: Monitor Agrícola

Helenildo de Oliveira Francelino: Monitor Agrícola

Larissa Luna Honório da Franca (Assessora Técnica da Cáritas Regional- CE)

Patrícia Tavares Feitosa: Agente Administrativo e financeiro

Solange Santana Filgueiras: Monitora (Coordenadora Colegiada)

Verônica Neuma das Neves Carvalho: Monitora (Coordenadora Colegiada)

Raimunda Gomes Braga: Voluntária

GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI – GRUNEC

Rua Coronel Secundo, 263 – Centro

CEP 63100-480 CRATO – CEARÁ

Telefone: (88) 3521-0486

E-mail: grunec_cariri@yahoo.com.br

DIRETORIA

Presidente: Diego Cesar dos Santos

Vice-presidente: Veronica Neuma das Neves Carvalho

Tesoureira: Ana Cristina Laurentino de oliveira

Secretária: Laelba Silva Batista

CONSELHO FISCAL

Carla Jaqueline

Cicero Silva Chagas

Manoel Leandro do Nascimento

Realização



Parceiros



CMDMC, GEA, Bonequeiras do Pé de Manga | Secretarias de Ação Social dos Municípios de Jati, Missão Velha, Salitre | Secretaria de Cultura dos Municípios de Assaré, Jati e Salitre | Prefeitura Municipal de Jati | Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Araripe, Assare, Aurora, Brejo Santo, Campos Sales, Crato, Jardim, Jati, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Porteiras, Potengi, Salitre e Varzea Alegre.